

Eco Securitizadora  
de Direitos  
Creditórios do  
Agronegócio S.A.

**Demonstrações Financeiras em  
31 de Dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado (consumido)</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas do às demonstrações financeiras</b>	<b>17</b>

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.  
CNPJ 10.753.164/0001-43  
Relatório da Administração  
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

---

## 1. Contexto Operacional

A Eco Securitizadora de Direitos Credítórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Cidade de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, bem como a realização de operações em mercados derivativos. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros e por um Conselho de Administração composto por 03 membros. A diretoria se reuniu tempestivamente durante todo o ano de 2020 para definir, principalmente, os termos e condições que seriam aplicados nas operações de Securitização de Recebíveis da Companhia, o que resultou em 27 (vinte e sete) novas emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), com valor financeiro de emissão de R\$ 4.406.723 (quatro bilhões, quatrocentos e seis milhões, setecentos e vinte e três mil reais).

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, ordinariamente, no mês de maio de 2020, para (i) Examinar e discutir as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e Aprovar a destinação do lucro do exercício social de 2019 e a distribuição de dividendos, e (ii) se reuniu de forma extraordinária em 07 de maio de 2020 a fim de alterar o estatuto da Companhia e alterar os membros do Conselho de Administração.

## 2. Condições Econômicas da Companhia

Durante o exercício social de 2020, a Companhia permaneceu com a sua atividade principal de securitização de recebíveis agrícolas, apresentando um lucro líquido de R\$

1.900 (um milhão e novecentos mil reais), o qual é maior do que o lucro líquido da Companhia apurado no ano de 2019, em decorrência do momento econômico favorável para o agronegócio, bem como o aumento de operações de revolvência, as quais possuem uma margem de lucro superior às operações corporativas, as quais concentraram a maior parte das emissões de 2019. Abaixo, segue o comparativo do lucro líquido de 2020 da Companhia, com relação aos 3 últimos exercícios:

Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores (em milhares de R\$)			
2020	2019	2018	2017
1.900	427	969	845

### 2.1 Política de reinvestimento de lucro e distribuição de dividendos

A Companhia não possui política de reinvestimento de lucro, bem como não tem acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Como regra do seu Estatuto Social, a Companhia distribui, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido, e o saldo, quando existe, é destinado na forma que deliberada pela sua Assembleia Geral. Nos últimos 3 exercícios, foi deliberada pela distribuição da totalidade do lucro líquido apurado pela Companhia.

A Companhia tem capital social de R\$ 299 (duzentos e noventa e nove mil reais).

### 2.2 Emissão de Dívidas

Não foram emitidas, nem adquiridas, quaisquer Debentures pela Companhia, bem como qualquer outro título de dívida que não seja Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), estes últimos com a devida implementação de Regime Fiduciário, mantendo as suas contabilizações em separado do patrimônio comum da Companhia.

### 3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

#### 4. Projetos Desenvolvidos

Durante o ano de 2020, a Companhia permaneceu com as suas atividades de securitização de direitos creditórios agrícolas, para as quais foram emitidas 27 (vinte e sete) novas operações de CRAs.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa.

A Companhia contratou os serviços da KPMG Corporate Finance Ltda., empresa relacionada ao auditor independente, exclusivamente para análise de carteiras de recebíveis de potenciais tomadores a serem usados como lastros em operações em diligência, não havendo, portanto, qualquer conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante o exercício de 2020, a KPMG Corporate Finance Ltda., parte relacionada da KPMG Auditores Independentes, assim definidas nos termos da ICVM 381, prestou serviços diferentes dos de auditoria externa e revisão das demonstrações financeiras, no valor total de R\$ 755 mil, correspondente a 579% do total relativo aos serviços de auditoria externa. Estes serviços foram executados para exclusivamente para análise de carteiras de recebíveis de potenciais tomadores a serem usados como lastros em operações em diligência. Assim, este trabalho não representou uma auditoria conforme as normas geralmente aceitas de auditoria ou de qualquer outra forma.

#### 6. Transações com Partes Relacionadas

Em relação as obrigações da Companhia em mútuos com suas Partes Relacionadas, a Companhia possui obrigações ligadas a rateios de despesas e valores a reembolsar originados no contexto do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2020, o principal recebível da Companhia com partes relacionadas é o mútuo de R\$ 1.270 com a Eco Consult:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Valores a receber/pagar</b>				
Ecoagro Participações (a)	-	45	-	57
<b>Mútuos a receber/pagar</b>				
Ecoagro Participações (b)	502	-	-	70
Eco Consult (c)	1.270	-	797	-
<b>Total</b>	<b>1.772</b>	<b>45</b>	<b>797</b>	<b>127</b>

- a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas.
- b) Representa saldo de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- c) Representa o valor de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre as partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

## 7. Considerações Finais e Perspectivas.

Para o ano de 2021, a Companhia continuará atuando com o objeto de securitização de direitos creditórios do agronegócio, buscando, em relação ao ano de 2020, um aumento na quantidade de novas séries de CRAs emitidas, bem como um aumento no volume financeiro que essas novas séries representarão, de forma a permanecer como líder deste mercado, mesmo diante do cenário econômico mundial.

A Companhia revisou sua estratégia e reduziu o volume de novas operações com produtores rurais, onde a Companhia obtinha margens mais elevadas. Por outro lado, a Companhia abriu novas frentes de negócios junto a outros segmentos da cadeia do Agronegócio. Essas novas frentes vêm se consolidando de forma contínua, e a expectativa é que estas continuem representando uma parcela importante do faturamento da empresa em 2021. Ao mesmo tempo, mudanças no perfil do investidor de CRA, a queda das taxas de juros no país, melhores condições climáticas e preços de commodities mais favoráveis apontam para o início de uma retomada no segmento dos produtores.

A Companhia manteve sua posição de liderança de mercado de CRAs, apresentando volume de emissões superiores a R\$ 19 bilhões. Com isso, a Companhia também aumenta o seu volume de receitas recorrentes que mais do que sustentam seus custos. É importante ressaltar que a Companhia não utiliza nenhum recurso bancário para financiar seu capital de giro, e tem procurado escalonar seus compromissos financeiros de acordo com o fechamento de suas operações.

A Companhia continuará ao longo do ano de 2021 buscando a formação de parcerias estratégicas no desenvolvimento das suas atividades, atuando em estruturas adequadas tanto às necessidades de rentabilidade e segurança de investidores, quanto à demanda de recursos para produtores e empresas rurais, no custeio e comercialização das safras agrícolas.

#### 8. Agradecimentos

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança.

São Paulo, 31 de março de 2021

**MILTON SCATOLINI MENTEN**  
**Diretor Presidente**

**CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI**  
**Diretor de Relação com Investidores**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros (notas explicativas nº 3.5 e 6)

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme descrito nas notas explicativas 3.5 e 6, a Companhia possui valores a receber oriundos de gastos relacionados a escrituração e operação dos CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), para os quais foi constituída provisão para perdas de crédito esperadas.</p> <p>A estimativa da provisão para perdas esperadas envolve julgamento significativo por parte da Companhia em relação às premissas consideradas na determinação da provisão, que incluem análises sobre informações qualitativas e quantitativas, fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico e análises de crédito dos devedores da Companhia.</p> <p>Devido à relevância dos valores a receber e incerteza associado às premissas utilizadas na determinação da estimativa provisão para perdas de crédito esperadas e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Realizamos o entendimento dos processos relacionados a gestão dos patrimônios separados, base para a liquidação financeira dos saldos registrados em outros créditos, por meio de reembolso das operações de CRAs e metodologias relacionados à análise dos devedores da Companhia.</li><li>- Avaliamos as principais premissas utilizadas no cálculo da perda esperada, por meio de testes de auditoria que incluem a análise dos saldos em aberto, sendo que para os patrimônios separados que apresentaram indicativo de <i>impairment</i>, avaliamos adicionalmente as garantias envolvidas e estágio da cobrança.</li><li>- Realizamos o recálculo da provisão, conforme política da Companhia;</li><li>- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o saldo da perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	863	243	Fornecedores		5	29
Clientes	5	262	183	Obrigações tributárias	9	1.469	651
Outros créditos	6	3.520	1.984	Obrigações com partes relacionadas	8	45	127
(-) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(560)	(393)	Dividendos		824	349
Tributos correntes a recuperar		129	169	Outros passivos circulantes	10	413	367
Despesas antecipadas	7	11	30				
Créditos com partes relacionadas	8	1.772	-				
		<b>5.997</b>	<b>2.216</b>		792	<b>2.756</b>	<b>1.523</b>
					-24		
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Créditos com partes relacionadas	8	-	797	Outros passivos não circulantes	10	410	645
Outros créditos	6	601	628	Obrigações tributárias		-	67
(-) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(601)	-			<b>410</b>	<b>712</b>
		<b>-</b>	<b>1.425</b>				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	11.1	299	299
				Reserva legal	11.2	60	60
				Reserva de lucro	11.3	2.472	1.047
						<b>2.831</b>	<b>1.406</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.997</b>	<b>3.641</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.997</b>	<b>3.641</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

---

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional	13	7.006	6.301
(-) Custo dos serviços prestados	14	(961)	(2.385)
<b>Resultado bruto</b>		<b>6.045</b>	<b>3.916</b>
Despesas/receitas operacionais		(2.759)	(2.984)
Gerais e administrativas	15	(2.686)	(2.924)
Outras despesas operacionais		(73)	(60)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		3.286	932
Resultado financeiro		(52)	(116)
Receitas financeiras		3	49
Despesas financeiras		(55)	(165)
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.334)	(389)
Corrente		(1.334)	(389)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.900</b>	<b>427</b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

---

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício		1.900	427
Resultados abrangentes do exercício		-	-
Resultado abrangente do exercício		<b>1.900</b>	<b>427</b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucro</b>	<b>Lucro acumulado</b>	<b>Patrimônio líquido total</b>
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	299	60	727	-	1.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	427	427
Dividendos propostos no exercício	-	-	-	(107)	(107)
Composição da reserva	-	-	320	(320)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	<b>299</b>	<b>60</b>	<b>1.047</b>	<b>-</b>	<b>1.406</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.900	1.900
Dividendos proposto no exercício	-	-	-	(475)	(475)
Composição da reserva	-	-	1.425	(1.425)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	<b>299</b>	<b>60</b>	<b>2.472</b>	<b>-</b>	<b>2.831</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Caixa gerado nas operações</b>			
Lucro líquido do exercício		1.900	427
<b>Ajustes ao lucro líquido do exercício</b>			
(-) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa		(768)	(393)
Lucro líquido ajustado		1.132	34
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
		<u>(512)</u>	<u>(167)</u>
Redução de clientes		(79)	(65)
(Aumento) de tributos correntes a recuperar		40	218
(Redução) / aumento despesas antecipadas		19	663
(Aumento) / redução de outros créditos		27	(207)
(Aumento) / redução de partes relacionadas à receber		(975)	123
(Aumento) / redução de fornecedores		(24)	(761)
(Redução) / aumento de outras obrigações fiscais		751	(4)
(Redução) / aumento de partes relacionadas à pagar		(82)	75
Redução de outros passivos		(189)	(209)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<u><b>620</b></u>	<u><b>(133)</b></u>
<b>Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes</b>			
		<u>620</u>	<u>(133)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4	243	376
Saldo final de caixa e equivalentes	4	863	243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco Securitizadora Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Demonstração de valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas</b>		<b>7.738</b>	<b>4.071</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7.738	4.071
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(2.779)</b>	<b>(4.786)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.779)	(4.786)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>4.959</b>	<b>(715)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>4.959</b>	<b>(715)</b>
<b>Valor adicionado (empregado)/ recebido em transferência</b>		<b>(1.191)</b>	<b>2.139</b>
Resultado financeiro		(1.191)	2.139
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>3.768</b>	<b>1.424</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>3.768</b>	<b>1.424</b>
Pessoal		17	17
Remuneração direta		17	17
Impostos, taxas e contribuições		1.767	896
Federais		1.709	630
Estaduais		24	30
Municipais		34	236
Remuneração de capitais de terceiros		84	84
Aluguéis		84	84
Remuneração de capitais próprios		1.900	427
Dividendos		-	107
Lucros retidos no exercício		1.900	320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1. Contexto operacional**

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”) com sede e foro na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.553 - 3º andar - Pinheiros, São Paulo na Cidade de São Paulo, é uma Sociedade por ações com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas é a controladora. A Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias (“Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”), também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A. A estrutura societária da Companhia, atende a função específica de cada companhia agir dentro do contexto em que cada uma está inserida na estrutura societária.

A Companhia obtém receitas substancialmente da aquisição e venda de Operações para formação dos lastros dos Certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”) a emitir e prestação de serviços relacionados.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes

com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2020.

### **3. Principais práticas contábeis**

#### **3.1. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **3.3. Despesas antecipadas**

Representadas por contratos firmados entre prestadores e a Companhia, decorrentes de prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são prestados.

#### **3.4. Baixa de ativos**

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados são removidos do balanço;
- Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos o cedente retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias.

### **3.5. Instrumentos financeiros**

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Transações de pagamentos a receber e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos quando de sua origem. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna contraparte do referido ativo ou passivo.

Um instrumento financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo acrescido de custos de transações que lhe são diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos não avaliados a valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o saldo de suas Transações a Receber por seu valor nominal, pois não há componente de juros/financiamentos significativo, bem como os títulos possuem o prazo curto de recebimento (inferior a um ano), o que torna imateriais a componente financeira.

#### ***Classificação e mensuração***

Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa:

- Custo amortizado;
- VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes); e
- VJR (Valor Justo por Meio do Resultado).

As seguintes categorias são aplicáveis aos ativos financeiros da Companhia:

Custo amortizado – um ativo financeiro é mensurado através do custo amortizado se ele atende às seguintes condições e não é designado como VJR:

É detido com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os seguintes ativos financeiros da Companhia são classificados desta maneira:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Contas a receber por serviços prestados;
- Empréstimos/Partes Relacionadas.

Após o reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas de *impairment*. Receitas com juros, variação cambial e perdas de *impairment* nestes ativos são reconhecidos no resultado.

VJR – geralmente um ativo financeiro é mensurado a VJR se uma das seguintes condições são atendidas:

- i.* Ele é mantido para fins outros que não o recebimento de fluxos de caixa contratuais ou decorrentes de sua venda; ou
- ii.* Sua posse dá direito a fluxos de caixa que não decorrentes apenas de pagamentos do principal e de juros sobre o principal em aberto.

A Companhia classifica os ativos financeiros apresentados em “Investimentos Financeiros” como VJR, já que o modelo de negócio em que eles se inserem não tem por objetivo a apropriação dos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os ativos financeiros mais significativos nesta categoria são títulos públicos federais, quando aplicável.

Após seu reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a valor justo. Ganhos ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Ativos nesta categoria são classificados como circulantes.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber por serviços prestados, outros créditos e tributos a recuperar.

### ***Impairment de ativos financeiros***

A Administração revisa anualmente, ou quando necessário, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável esperado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica de gestão dos recebíveis e análise de crédito dos devedores da Companhia.

Não obstante, a Administração da Companhia considera baixo o risco de crédito das operações apresentadas no Contas a Receber, devido ao risco atrelado no fluxo de caixa da securitização somado às garantias reais de cada operação. As provisões efetuadas consideram o atual momento macro e micro econômico, bem como a dificuldade em se determinar o prazo e valor de realização para retomada/venda dos lastros envolvidos.

### **3.6. Estimativas Contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas para devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, estimativas da vida útil de determinados ativos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### **3.7. Outros ativos e passivos circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação deve ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3.8. Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados.

As receitas compreendem o resultado de compra e venda de créditos agrícolas, bem como a prestação de serviços.

### **3.9. Apresentação das informações por segmentos**

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de direitos creditórios do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

### **3.10. Ajuste a valor presente**

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. São utilizadas taxas de desconto que reflitam avaliações condizentes com o mercado. Na ausência de informações disponíveis de mercado, são utilizadas como referência operações similares, principalmente quanto aos prazos e fatores envolvidos.

### **3.11. Imposto de renda e contribuição social**

São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

### **3.12. Lucro por ação**

A Companhia efetua o cálculo do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, conseqüentemente, lucro por ação diluído.

### **3.13. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que tais dividendos são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### **3.14. Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias Abertas.

### 3.15. Novas normas, alterações e interpretações

<b>Data Efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
1º de janeiro de 2020	Definição de Negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3)
	Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS e CPC 23/IAS 8)
	Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2020.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos bancários	861	107
Aplicações financeiras (i)	2	136
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>863</u></b>	<b><u>243</u></b>

(i) Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas pelo DI e que possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2019, o valor das aplicações financeiras era de R\$ 2 (R\$ 136 em 2019).

## 5. Clientes

O valor de R\$ 262 (R\$ 183 em 31 de dezembro de 2019), refere-se aos serviços de estruturação prestados aos titulares das séries CRAs: 78º, 79º, 80º, 89º, 93º, 94º, 98º, 104º, 105º, 114º, 115º, 135º, 154º, 161º, 166º, 167º, 3ª, 6ª, 13ª, 15ª, 23ª, 54ª, 60ª emissão.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 14 (R\$ 0 em 2019). Portanto, o saldo líquido de cliente nesta data base é de R\$ 248.

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Vencidas</b>		
Acima de 365 dias	<u>14</u>	<u>-</u>

A vencer	248	183
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>183</b>

## 6. Outros créditos

O valor de outros créditos, de R\$ 4.121, sendo R\$ 3.520 no curto prazo e R\$ 601 no longo prazo, com provisão total para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 1.161 (R\$ 2.612 em 31 de dezembro de 2019 – sendo R\$ 1.984 no curto prazo e R\$ 628 no longo prazo, com constituição de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R\$ 393), refere-se, principalmente, à gastos com agente fiduciário, taxa de custódia, escrituração, taxa de registro e comissão para a [B]<sup>3</sup> e ainda serviços com cartório, a serem reembolsados pelos devedores dos CRAs.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	3.520	1.984
Ativo não circulante	601	628
	<b>4.121</b>	<b>2.612</b>

Para a constituição da provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa, a Administração da Companhia avaliou a capacidade financeira dos devedores dos CRAs e as garantias envolvidas nas operações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi constituída provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 792, levando em consideração também que a recuperabilidade de alguns créditos depende, da retomada e venda de imóveis que estão em processos de execução de créditos inadimplentes, relacionados às operações dos Patrimônios em Separado. Os recebimentos das operações adimplentes previstos pela Companhia seguem o fluxo inicialmente esperado de recebimento e não foram afetados de forma relevante pelos efeitos do Covid-19.

### Movimentação da PCLD

<b>Saldo inicial - 2018</b>	<b>42</b>
(+) Constituição	393

(-) Reversões	-
(-) Baixas (i)	(42)
<b>Saldo final - 2019</b>	<b>393</b>
(+) Constituição	792
(-) Reversões (ii)	(24)
(-) Baixas	-
<b>Saldo final - 2020</b>	<b>1.161</b>

- (i) O montante de R\$ 42 de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa foi baixado para perdas durante o primeiro trimestre de 2019, após a Administração da Companhia avaliar que os valores em aberto não seriam recuperados.
- (ii) A reversão no montante de R\$ 24 refere-se ao recebimento de valores reembolsáveis da 5ª emissão que estavam provisionados, os quais foram devidamente quitados pela devedora até o fim do terceiro trimestre.

## 7. Despesas antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Agente fiduciário	11	30
<b>Total de despesas antecipadas</b>	<b><u>11</u></b>	<b><u>30</u></b>

## 8. Partes relacionadas

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas, é sua controladora. Além disso, a Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por uma empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias, a “Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.”, também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía créditos e obrigações junto às suas partes relacionadas, representados da seguinte forma:

Valores a receber/pagar	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Ecoagro Participações (a)	-	45	-	57

*Eco Securitizadora de Direitos  
Creditórios do Agronegócio S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020*

<b>Mútuos a receber/pagar</b>				
Ecoagro Participações (b)	502	-	-	70
Eco Consult (c)	1.270	-	797	-
<b>Total de partes relacionadas</b>	<b>1.772</b>	<b>45</b>	<b>797</b>	<b>127</b>

- (a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas.  
 (b) Representa saldo de mútuo a receber, conforme contrato celebrado entre partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.  
 (c) Representa o valor de mútuo a receber conforme contrato celebrado entre as partes e com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante	1.772	-
Ativo não circulante	-	797
<b>Total de partes relacionadas a receber</b>	<b>1.772</b>	<b>797</b>
Passivo circulante	45	127
Passivo não circulante	-	-
<b>Total de partes relacionadas a pagar</b>	<b>45</b>	<b>127</b>

As transações com partes relacionadas não geram impactam no resultado.

## 9. Obrigações tributárias

	2020	31/12/2019
Provisão para imposto de renda corrente	681	82
Provisão para contribuição social corrente	245	31
IRPJ - Parcelamento (até 30/04/2022) (i)	185	336
CSSL - Parcelamento (até 30/04/2022) (ii)	67	122
PIS, COFINS e ISS a recolher	266	119
IOF a recolher	4	3
Impostos s/ terceiros	19	23
Impostos s/ folha de pagamento	2	2
IPTU	7	-
<b>Total de obrigações fiscais</b>	<b>1.476</b>	<b>718</b>
Curto prazo	1.476	651
Longo prazo	-	57

- i. Saldo de parcelamento de imposto de renda de R\$ 185 no curto prazo. Este valor está composto por saldos a pagar de R\$ 371 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 125 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de dezembro de 2020, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022.

- ii. Saldo de parcelamento de contribuição social de R\$ 67 no curto prazo. Este valor compreende o saldo a pagar de R\$ 134 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 45 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data base de 31 de dezembro de 2020, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022.

## 10. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de outros passivos no passivo circulante é composto por obrigações relativas à estruturação dos CRAs e as obrigações com clientes em razão do adiantamento de valores para a prestação de serviços, no montante de R\$ 413 (R\$ 367 em 31 de dezembro de 2019).

O montante que compõe o saldo de outras obrigações classificado no longo prazo, de R\$ 410 (R\$ 645 em 31 de dezembro de 2019), corresponde aos recebimentos de forma antecipada, ocorridos até 31 de dezembro 2020. As operações que o representam são tais recebimentos antecipados são CRAs séries nº: 75, 73, 84, 98, 114, 150/151, e da série única - 4ª emissão.

## 11. Patrimônio líquido

### 11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019, subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 299, representado por 100.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Companhia apresenta o seguinte quadro acionário:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>(em R\$)</u>
Ecoagro Participações S.A.	99.999	298.997
Moacir Ferreira Teixeira	1	3
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>299.000</b>

### 11.2. Reserva legal

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até o limite de 20% do capital, tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo em reserva legal é de R\$ 60.

### 11.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pela destinação do lucro líquido auferido no exercício, após a constituição da Reserva Legal e distribuição dos dividendos propostos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo em reserva de lucros é de R\$ 2.472 (R\$ 1.047 em 31 de dezembro de 2019).

#### **11.4. Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020, a distribuição foi de R\$ 475 (R\$ 107 em 2019).

#### **12. Resultado por ação**

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do exercício:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Lucro atribuível aos acionistas	1.900	427
Número de ações ordinárias	100.000	100.000
Lucro por ação (em reais – R\$)	<u><u>19</u></u>	<u><u>4,27</u></u>

#### **13. Receita operacional**

A prestação de serviços da Companhia é relacionada à estruturação das operações de securitização:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita bruta de venda de serviços	7.738	6.829
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(732)	(528)
<b>Total da receita líquida de serviços</b>	<u><u>7.006</u></u>	<u><u>6.301</u></u>

A Companhia apura PIS em 0,65%, COFINS de 4,00% e ISS entre 2% e 5% no município de São Paulo, sobre as receitas brutas de prestação de serviço.

#### **14. Custo dos serviços prestados**

Os custos dos serviços prestados estão compostos da seguinte forma:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Agente fiduciário	(178)	(291)
Análise de risco	(96)	(380)
Avaliação técnica de imóvel	-	(163)

Distribuição pública de títulos	-	(697)
Monitoramento agrícola	(15)	(28)
Serviços de origemação	-	(173)
Serviços bancários e de custódia	(611)	(511)
Taxa de escrituração	(61)	(142)
<b>Total dos custos dos serviços vendidos (a)</b>	<b>(961)</b>	<b>(2.385)</b>

A composição dos custos com serviços prestados, está representada por serviços de assessoria jurídica, em operações concretizadas pela Companhia, que abrange elaboração de documentação suporte das transações e suas garantias, serviços de coordenação e distribuição para oferta pública de CRAs, serviços de supervisão da produção, corte, colheita, transporte, armazenagem e entrega dos produtos indicados (lastros) nos contratos de garantia, análises de captação de potenciais clientes relacionados às operações não corporativas, entre outros.

## 15. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de pessoal	(17)	(17)
Honorários da diretoria	(84)	(84)
Despesas de instalações	(276)	(278)
Despesas de processamento de dados	(10)	(41)
Assessoria contábil e auditoria	(1.006)	(1.028)
Outros serviços especializados	(44)	(409)
PCLD constituída no exercício	(768)	(393)
Despesas com órgãos reguladores	(67)	(69)
Despesas com cartórios	(107)	(126)
Publicações gerais	(25)	(174)
Outras despesas administrativas	(282)	(305)
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b>(2.686)</b>	<b>(2.924)</b>

## 16. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há processos judiciais que justifiquem a necessidade de constituição de provisão, ou a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

## 17. Imposto de renda e contribuição social

Bases de cálculo	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Imposto de	Contribuição	Imposto de	Contribuição

	<b>renda</b>	<b>social</b>	<b>renda</b>	<b>social</b>
Resultado antes da tributação	3.234	3.234	816	816
Adições (exclusões)	759	759	398	398
<b>Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários</b>	<b>3.993</b>	<b>3.993</b>	<b>1.214</b>	<b>1.214</b>
Imposto de renda (15%)	(599)	-	(182)	-
Imposto de renda adicional (10%)	(375)	-	(97)	-
Contribuição social (9%)	-	(359)	-	(110)
<b>Total</b>	<b>(974)</b>	<b>(359)</b>	<b>(279)</b>	<b>(110)</b>

## 18. Operações securitizadas – Direitos Creditórios do Agronegócio (DCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA)

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constatar nas suas notas explicativas, as apresentações vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizar as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio em separado, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social dos respectivos patrimônios separados ativos.

Pelo regime fiduciário, os direitos creditórios ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados com propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. O ativo e passivo são atualizados quanto aos rendimentos e encargos financeiros, respectivamente, e controlados em patrimônio separado.

## 19. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 4;
- (b) Contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 5 e nº 6;

## Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	Hirarquia	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	863	863	243	243
Clientes	Custo Amortizado	Nível 3	262	262	183	183
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 3	2.960	2.960	2.219	2.219
			<b>4.085</b>	<b>4.085</b>	<b>2.645</b>	<b>2.645</b>
<b>Passivo</b>						
Contas a pagar	Custo Amortizado	Nível 3	828	828	1.041	1.041
			<b>828</b>	<b>828</b>	<b>1.041</b>	<b>1.041</b>

### 19.1 Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada.

A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

#### Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### 19.2 Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

### **19.3 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros**

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **19.4 Gestão de riscos financeiros**

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

#### **19.4.1 Derivativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

#### **19.4.2 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis.

#### **19.4.3 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez.

#### **19.4.4 Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

## **20. Outros assuntos**

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia tem avaliado internamente os impactos do COVID-19 em nossos negócios, principalmente nas questões relacionadas à logística e carregamentos de safras e insumos, tendo em vista os decretos municipais e estaduais e fechamento de fronteiras que limitam a circulação de mercadorias e manutenção de alguns serviços industriais e de armazenagem. Além disso, com os impactos cambiais resultantes do atual cenário global, a alta do dólar deve interferir nos custos da produção de insumos agrícolas e, possivelmente, observaremos impactos parciais na pontualidade dos pagamentos.

## **21. Eventos subsequentes**

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2020.